



II CONGRESSO BRASILEIRO DE  
PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

TATIANA SOARES GONÇALVES; LEIDE DAIANA CARVALHO CUNHA; AIRTON RODRIGUES BARROSO JUNIOR; TARINY SOARES MENDES

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar o papel do assistente social na educação, frente à sua inserção nas escolas, seus desafios e perspectivas. Foram utilizados levantamentos bibliográficos de estudos, artigos, ensaios e livros que corroboravam as categorias teórico-temáticas e a temática serviço social no ambiente escolar, bem como sua relevância na promoção do bem-estar dos alunos. Exploramos a inserção do Assistente Social no ambiente escolar considerando sua evolução ao longo do tempo e seu papel crucial na promoção de equidade e justiça social no sistema educacional brasileiro. Compreendemos o quanto importante é esse profissional para melhor identificar as expressões da questão social na educação.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Família; Educação; Escola.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como objetivo principal identificar o papel do Assistente Social na educação, frente à sua inserção nas escolas, seus desafios e perspectivas. Sabe-se que a parceria entre escola e família é muito importante para garantir uma melhor comunicação e o assistente social tem o papel de ser esse elo, além de identificar os fatores que levam aos alunos a ter dificuldade de aprendizado, faltar aulas, abandonar o ambiente escolar, ou seja, identificar as vulnerabilidades sociais dentro da escola, com família e alunos. Consideramos a escola o lugar no qual passamos a maior parte de nossas vidas, assim como é um ícone no processo de aprendizagem para a integração, padrões de comportamento, vivência em sociedade.

Ao se inserir neste campo ocupacional, o profissional de serviço social se propõe um novo desafio: construir uma intervenção no intuito de encontrar respostas às dificuldades, anseios e expectativas dos indivíduos que constituem a comunidade escolar. Vale ressaltar que a educação possui demandas importantes que necessitam da intervenção do profissional Assistente Social, que atuando em parceria junto à equipe multidisciplinar deve buscar alternativas de trabalho e estratégias.

De acordo com o que traz o CFESS (2014), os profissionais de serviço social estão bem ocupados pensando a relação da profissão com a educação, através de grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com distintas inserções no campo das políticas sociais, e acrescenta:

Cada um desses investimentos pauta o recente processo de aproximação do Serviço Social à temática da educação nos diferentes espaços de debate, construídos em todas as regiões do país, sobretudo aqueles que se desdobram das iniciativas coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social. (CFESS, 2014, p.15)

Assim traçamos a presente pesquisa partindo da realidade no âmbito educacional e

seus referidos problemas, realizando uma análise dos fatores que determinam as dificuldades de as crianças acompanharem o ritmo escolar. Contudo, através dos objetivos propostos iremos analisar a importância do assistente social dentro das escolas para o enfrentamento da questão social que inclui vários fatores que ocorrem com os alunos: violência intrafamiliar, abuso sexual infantil, trabalho infantil, violência doméstica, vulnerabilidade social, dentre outros. O profissional, junto à escola, professores, estudantes e pais, e por consequência a comunidade em si, realiza um estudo social que identifica essas demandas.

Para o Direito é imperativo que o Estado busque qualidade dos serviços prestados à sociedade em geral, e em especial ao aluno, que está inserido na escola pública, conforme estabelecido na Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). O papel do Assistente Social dentro da escola, parte da identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que determinem os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, como citado anteriormente.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se trata de estudo exploratório, descritivo, do tipo revisão de literatura, o qual consiste em um método que possibilita ampliar conhecimento e evidenciar conclusões da literatura sobre o problema de pesquisa.

Utilizamos levantamento bibliográfico de autores que contribuíram com a temática. Buscando a partir das plataformas acadêmicas, foram selecionados artigos, ensaios e livros que se relacionassem com os descritores da pesquisa: Serviço Social; Educação; Família; e Escola. Para melhor especificar, a revisão de literatura “nada mais é do que a reunião, a junção de ideias de diferentes autores sobre determinado tema, conseguidas através de leituras, de pesquisas realizadas pelo pesquisador” (Brizola; Fantin, 2016, p.27).

Primeiramente, para uma triagem inicial, realizou-se a leitura do título e resumo de cada artigo, momento em que foram selecionados aqueles que respondiam de fato a pergunta de pesquisa.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Vieira (1978), as primeiras intervenções do Serviço Social nas escolas surgiram nos Estados Unidos, no início do século XX, com várias experiências nas escolas de Nova York, Boston e Harford.

O campo escolar surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designavam visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos a escola, as razões da evasão escolar ou falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas a situação da escola. (VIEIRA, 1978, p 67).

Martins (2002) traz nessa época que o serviço social integrava a equipe multidisciplinar, contando com a participação também de psicólogos e professores com o objetivo de atender a alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social estava focada em atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configuradas como “problemas sociais”, apresentadas no espaço escolar.

Especialmente no Brasil, de acordo Amaro (2012), o maior registro de que se tem conhecimento do serviço social educacional remete ao estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do Decreto nº 1394. Articulado ao programa geral de assistência ao escolar, em suas atividades estavam voltadas a identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como a promoção de ações

que permitissem a “adaptação” dos escolares aos seus meios e o “equilíbrio” social da comunidade escolar.

O serviço social é uma profissão regulamentada no Brasil pela lei nº 8662/1993. A inserção desse profissional no campo da educação, impõe um desafio que é a mediação qualificada enquanto profissional da educação, que tem como um dos princípios fundamentais de seu Código de Ética Profissional o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como uma gestão democrática.

Segundo Souza (1995), em qualquer campo de trabalho que atue o Assistente Social, ele apoia-se no compromisso de lutar pela garantia dos direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural do sujeito. E na perspectiva no campo da educação, o Serviço Social trabalha também o desenvolvimento do aluno, sua autonomia, seu poder de crítica e potencial de transformação do próprio cotidiano.

O serviço social na escola, revela-se uma ferramenta de compreensão da realidade, pois segundo Amaro (1997), o Assistente Social na escola é um profissional que se preocupa em promover o encontro com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades. Ainda de acordo com as autoras, esse projeto de desenvolvimentismo é colocado de forma positiva para toda a nação, “favorecendo o crescimento do grande capital, gerando sua ampla expansão. Tal processo contribui para expandir também as desigualdades sociais, levando a uma discrepância cada vez maior entre concentração de renda e miséria”

Na cena contemporânea, nos deparamos com os reflexos destrutivos do neoliberalismo, que consiste na retração do Estado para com os interesses sociais, que privilegia assim as ações que de forma estratégica são implementadas com foco a favorecer o crescimento da economia. Na contemporaneidade, temos como consequências um grande número de famílias brasileiras sofrendo com a precarização que é resultado desse sistema excludente, que impõe para sua sobrevivência e reprodução social que tenham condições mínimas, pois são abrigadas a trabalhar o máximo de tempo possível, em quantos empregos as suas condições físicas e mentais lhes permitirem, e terão cada vez menos tempo para acompanhar e dar suporte educacional para seus filhos. A situação se agrava quando a família se depara com problemas sociais mais graves como miséria, uso de drogas, gravidez na adolescência, várias expressões da violência, enfim, as diversas formas de manifestações da questão social que impactam também no processo educacional (MENDES; AGUIAR; FONSECA, 2013).

Este é o cenário convidativo para que os assistentes sociais possam colaborar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional, que é reflexo das expressões da questão social e é matéria prima de trabalho desses profissionais “que tem, com base na sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e seu posicionamento ético-político, possibilidade de decifrar claramente a realidade dos processos sociais em sua totalidade” (MENDES; AGUIAR; FONSECA, 2013, p.09).

Segundo Schneider e Hernandorena (2012), as escolas estão passando por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente o rendimento escolar e o processo de ensino e aprendizagem do aluno. Com isso encontram os alunos com inúmeras demandas da realidade vivenciada pelas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e o ensinar, necessitando de apoio de outros profissionais.

Para Amaro (2017), a via de ensinar e aprender não é linear, com interesse na permanência, mas é curvilínea, reflexiva e crítica, com interesse na transformação. Freire (1996), traz um questionamento: por que não discutir a realidade concreta a que se deve associar a disciplina?

A importância do Serviço Social nesse contexto é de dar suporte a essa equipe técnica pedagógica e como administrar as complexidades nas escolas, pois somente o professor não dá

conta de uma sala de aula e analisar, compreender e conhecer cada contexto histórico e contexto social de cada aluno. Conforme o CFESS (2014), a Política de Educação é resultado de formas de enfrentamento determinadas historicamente a partir das contradições que se destacam na sociedade capitalista entre as classes sociais e o Estado, e formam ações institucionalizadas para responder ao acirramento da questão social.

Quando se fala em família e educação, percebe-se que esta relação não deve se restringir ao acompanhamento do boletim de notas, mas na qualidade de educação, contudo, nota-se uma ausência de metodologias de articulação entre família e escola. Rotineiramente, as famílias são chamadas dentro do espaço escolar, apenas para receber as notas, ou reclamações de comportamentos. No entanto, o Conselho Escolar, grupo estabelecido pela Constituição de 1988, que conta como representantes os pais, não é devidamente valorizado.

Amaro (2017) deste modo, ao atuar frente a tais expressões, a/o Assistente Social, proporcionará respostas a fim de atender as demandas para melhoria das condições escolares. Afinal, é no microcosmo da escola que o trabalho profissional se realiza, que a questão social se manifesta, que as superações e mudanças são promovidas, enfim, que o cotidiano se cria dialeticamente.

Conforme traz o CFESS (2014), são apontadas como competências do Assistente Social na educação: garantir o acesso e permanência à educação escolarizada junto à assistência estudantil, garantir uma gestão democrática e de qualidade numa perspectiva de totalidade, desenvolver trabalhos junto às famílias e aos trabalhadores das escolas nas instâncias de controle social e movimentos sociais, desenvolver ações coletivas administrativo-organizacionais, de investigação, de articulação, de formação e capacitação, sempre tendo em mente uma educação que contribua para a emancipação humana.

Para pensar na inserção do Serviço Social na área da educação é preciso conhecer o desenvolvimento da história para chegar à conquista da categoria que é aprovação da Lei de Nº 13.935, em 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O serviço social sintoniza a realidade social numa teia de relações e determinações que possibilitam a escola ampliar a sua visão do encontro social, o meio social das famílias e alunos, através de abordagens totalizantes. Portanto, a intervenção do Serviço Social nas instâncias da área educacional, ampliará os limites da ação escolar, analisando as mediações complexas que se articulam no espaço político-social, mobilizando a luta pela conquista e exercício da cidadania (MARTINS,2002).

Destaca-se, portanto, que o Serviço Social no Brasil ao longo dos anos passou por inúmeras transformações no que tange à sua relação com o direcionamento ético-político da profissão, que de início partiu de um caráter assistencialista dentro da sociedade e cumprindo os interesses da Igreja Católica e da classe dominante e ao mesmo tempo também servindo como instrumento do Estado para o controle da questão social. No âmbito da educação também sofreu diversas transformações, configurando-se como um instrumento essencial para a reprodução das relações sociais e aprimoramento do ser social. O Serviço Social, o profissional assistente social, na Educação possui como objetivo, considerando o seu projeto ético-político profissional, garantir o exercício do direito à educação a todos, lutando por uma educação gratuita, laica, de qualidade para toda a população.

A trajetória do Serviço Social produziu uma história de lutas, reconhecimentos e conquistas, alcançando massa crítica, acúmulos e amadurecimentos na dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; ampliou-se significativamente como profissão e como área de conhecimento no direcionamento do ensino, extensão, pesquisa, gestão e exercício do trabalho profissional em instituições de âmbito público e privado, a respeito do exercício profissional.

Netto (1999) ressalta a importância da construção de um projeto coletivo, retratando o quadro de sociedade a ser estabelecida, que manifesta determinados valores para justificá-la e

que favorece certos meios (materiais e culturais) para consolidar. Para ele, em uma sociedade capitalista, os projetos societários são projetos de classe, pelos quais, necessariamente, existe uma dimensão política que envolve relação de poder.

Na cena contemporânea o assistente social busca no decorrer do exercício profissional fundamentar sua formação a partir das Novas Diretrizes Curriculares, que permitem uma flexibilização das disciplinas, e permitem contemplar características regionais e demandas criadas pelas necessidades a partir de interlocutores de outras categorias profissionais.

Conforme Lança (2012), a escola enquanto instituição de referência da Educação sistematizada, se encontra no atual contexto impossibilitada de atuar somente em sua função específica de estímulo e propagação de conhecimentos. É imperativo que seu olhar se amplie para além das especificidades do ensino técnico-informativo, que possibilite o atendimento de seu público na relação com a sociedade diante de sua complexidade. O educador (professor) no cotidiano de suas relações profissionais intraescolar é chamado a trabalhar em suas propostas pedagógicas, as múltiplas expressões da Questão Social que atingem de forma direta e/ou indireta seus alunos. Sem tal condição, a educação escolar não estabelece sentidos para seus alunos, persistindo na incoerência da idealização deles, contrária a realidade dos sujeitos que compõem a escola.

Lança (2012), considerando tais representações da Questão Social no cenário escolar, evidencia que não cabem exclusivamente à Escola as ações de enfrentamento e atuação diante dessas problemáticas. A Política Educacional deve estar intimamente relacionada às demais políticas públicas e sociais, para responder às demandas emergentes, na consolidação de um sistema de proteção social que se encontre com as necessidades e os direitos da sociedade como um todo. A Educação se configura como um espaço interdisciplinar que deve oportunizar o diálogo de seus sujeitos com a própria realidade.

De acordo com Miranda (2009), a escola é também um importante mediador entre o sujeito e o mundo social, pois favorece o acesso ao conhecimento e contribui, de forma significativa, para a inserção do sujeito na sociedade. Para cumprir o seu papel, a escola faz uma intervenção, por meio da qual objetiva possibilitar a aprendizagem e, assim, favorecer a vida futura de seus educandos. A experiência escolar deve ser um fator significativo para o desenvolvimento e sucesso do aluno. Portanto, é preciso que se reconheça o papel ativo do aprendiz na produção do conhecimento.

O papel a ser desempenhado pelos Assistentes Sociais no ambiente escolar se difere do exercido pelos professores/educadores em sala de aula. Apesar do trabalho profissional de ambos ser pautado em propósitos políticos com objetivos semelhantes na construção de uma sociedade pautada em valores éticos, humanos e de cidadania, as atuações se diferem em relação a prática teórico-metodológica. Desta forma, não há possibilidade do profissional de Serviço Social entrar em atrito com os educadores/professores no que compete a perda de espaço profissional destes últimos, ou interferência nas áreas específicas do saber. A presença do Serviço Social na Escola se justifica frente ao trabalho interdisciplinar, que pode colaborar com o desenvolvimento político dos diversos atores sociais envolvidos em tal contexto.

Para reconhecer a possibilidade de contribuição do Serviço Social na área educacional, um segundo passo seria compreender que a Educação não é propriedade exclusiva da Escola. Ela necessita do envolvimento de outras áreas do conhecimento para responder às manifestações de seus sujeitos e da própria realidade, ou seja, depende da interdisciplinaridade. Ainda de acordo com o autor, a atuação dos Assistentes Sociais, considerada a sua dimensão socioeducativa, se direcionará de forma a complementar a ação educativa estabelecida pelas escolas, colaborando para um trabalho de maior abrangência em relação aos funcionários (todos os que compõem a estrutura escolar), às famílias e à comunidade em geral.

O público-alvo do Serviço Social não se constitui apenas dos alunos, mas sim de todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com a Política Educacional, sob o

aspecto micro e macro social. A responsabilidade da atuação do Assistente Social no ambiente escolar é contribuir para a identificação das possibilidades do desenvolvimento de um trabalho em rede, que envolva e relacione a comunidade escolar e extraescolar no enfrentamento de problemáticas coletivas. Insere-se como um elo importante entre a instituição e a sociedade, em atenção às suas diversas instâncias.

Se tivermos como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é possível identificar apenas em uma lei, visões mistas e contraditórias acerca do conceito de família. No Brasil ele nasce vinculado aos movimentos de ação social numa dinamização da missão política de apostolado social junto as classes subalternas, particularmente junto a família operária. Ou seja, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e a sua família, em todos os espaços ocupacionais. Já para Cunha (2013), a família se constitui como uma instituição histórica e social que adquire diferentes funções que se modificam em relação à dinâmica da produção e da reprodução social.

Acerca da instituição familiar, Acosta (2014) diz que cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendendo como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura que vivem. Na atualidade, a família deixa de ser aquela construída unicamente por casamento formal. Hoje, diversifica-se e abrange as unidades familiares formadas seja pelo casamento civil ou religioso, seja pela união estável: seja pelos grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteiras, seja pela união de homossexuais (mesmo que ainda não reconhecida em lei). Acaba, assim, qualquer discriminação relacionada à estrutura família e se estabelece a igualdade entre filhos legítimos, naturais ou adotivos.

Para Barros e Santos (2015), a parceria família-escola é indispensável no processo de ensino aprendizagem da criança. Sua contribuição é necessária para a construção do conhecimento. Ambas precisam caminhar lado a lado, rumo ao pleno desenvolvimento da criança. A escola e família são eixos fundamentais no processo de desenvolvimento do ser humano.

Entretanto, ainda há divergências no papel que cada um deve desempenhar dentro do processo pedagógico. A parceria família e escola se constrói no respeito mútuo entre todos os que fazem parte do processo de aprendizagem das crianças (SANTOS; TONIOSSO, 2014). Martins e Nascimento (2013, p. 41) destacam que “o papel complementar entre a família e a escola, tende a equilibrar o processo educacional. No entanto, a escola reconhece que educar uma criança ou adolescente é uma tarefa difícil e complicada, que requer uma atividade conjunta com a família.

Conforme Barros e Santos (2017), a falta de tempo dos pais para com os filhos é um fato que influencia de forma negativa a aprendizagem das crianças. Porém, as famílias precisam se organizar melhor para dar a atenção necessária à educação das crianças, e compreender que a educação primeiramente é dever do núcleo familiar e posteriormente da escola que tem a função de socializar.

#### **4 CONCLUSÃO**

A inserção do Assistente Social nas escolas é uma luta da categoria de muitos anos, e foi conquistada no ano de 2019. O Assistente Social na escola desempenha importantes atribuições, buscando promover a compreensão das complexidades da realidade social e identificar situações que afetam o processo educacional, como bullying, dificuldades de aprendizagem e problemas sociais mais graves. Além disso, contribui na construção de uma parceria entre escola, família e comunidade, garantindo a importância de envolver todos os atores sociais na promoção de uma educação de qualidade.

Destaca-se a necessidade de considerar a diversidade das estruturas familiares e a importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento das crianças. A colaboração entre essas duas instituições é fundamental para o pleno desenvolvimento educacional das crianças.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia. Família – Redes, laços e políticas públicas. São Paulo Cortez, 2014.

AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA, v. 3, n. 2, 2016.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. Serviço Social e Educação: interfaces de uma atuação política. Franca. 2012 Tese de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98590/lanca\\_amcg\\_me\\_fran.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98590/lanca_amcg_me_fran.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y)

MARTINS, E. B. C. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar. Marília: Unimar, v.6, n. 6, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e serviço social: contribuição para o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1997.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. A importância da relação família-escola. Cadernos de Educação. Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v. 1, n. 1, p. 122-134, 2014.

SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo. Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre. 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação**: uma questão em debate. In: Revista Interface, Natal, 1995.